

HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

CONTEÚDO

	Página
→ Relatório dos auditores independentes	3
→ Balanços patrimoniais	5
→ Demonstração dos déficits	7
→ Demonstração das mutações do patrimônio social	8
→ Demonstração dos fluxos de caixa	9
→ Notas explicativas	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e conselheiros do
HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

1. Examinamos as demonstrações financeiras do **Hospital Nossa Senhora Auxiliadora**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos déficits, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

4. A entidade não revisou a vida útil de seu ativo imobilizado, conforme requerido pelo Pronunciamento Contábil CPC 27 – “Ativo Imobilizado” e pela Interpretação Técnica ICPC 10 “Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento” dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, e decidiu por registrar a depreciação de seu ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pela legislação fiscal vigente. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a depreciação no exercício caso a revisão da vida útil houvesse sido realizada. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar os impactos desta revisão no ativo imobilizado e no patrimônio social em 31 de dezembro de 2012, e no resultado do exercício findo nesta data.

2013
ANO da
Contabilidade

3

Opinião com ressalva

5. Em nossa opinião, exceto pelo efeito decorrente do assunto descrito no parágrafo 4, base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital Nossa Senhora Auxiliadora**, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da entidade. Conforme descrito na nota explicativa número 20, a entidade apurou déficit operacional relevante, deficiência de capital de giro e patrimônio social negativo em 31 de dezembro de 2012. Em decorrência da implementação de medidas que visam à recuperação econômico-financeira da entidade, a administração espera que sejam obtidos resultados positivos, o que contribuirá para a manutenção de sua atividade operacional, econômica e financeira. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da entidade continuar operando.

7. Conforme item 2. Apresentação das demonstrações financeiras, em decorrência de retificação de exercícios anteriores, as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23 – Mudanças nas Práticas Contábeis, nas Estimativas e Correção de Erros.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2013.




Orplan Auditores Independentes.
CRC/MG – 0478/O
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Contador - CRC MG - 056.290/0

HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE

(Valores em reais)

ATIVO

Ativo	Nota	2012	2011
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	843.396	700.185
Contas a receber	6	833.976	395.047
Estoques	7	473.693	428.989
Impostos a recuperar		1.147	1.147
Total do ativo circulante		2.152.212	1.525.368
Não circulante			
Contas a receber	6	-	1.700
Depósitos judiciais		7.393	7.393
Investimentos		13.420	4.240
Imobilizado	8	4.565.624	4.756.702
Total do ativo não circulante		4.586.437	4.770.035
Total do ativo		6.738.649	6.295.403

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE

(Valores em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

Passivo	Nota	2012	2011
Circulante			
Fornecedores	9	3.204.725	1.757.839
Empréstimos e financiamentos	10	905.551	342.285
Obrigações sociais	11	1.047.188	486.459
Obrigações tributárias	12	343.217	59.178
Provisão para contingência		39.192	-
Total passivo circulante		5.539.873	2.645.761
Não circulante			
Fornecedores		100.645	-
Empréstimos e financiamentos	10	2.576.008	1.412.716
Obrigações sociais	11	304.364	291.041
Provisão para contingência		1.550.982	-
Total passivo não circulante		4.531.999	1.703.757
Patrimônio social	13		
Fundo patrimonial		(498.516)	(498.516)
Reservas estatutárias		34.816	34.816
Doações/subvenções		5.295.907	5.295.907
Déficit acumulado		(8.165.430)	(2.886.322)
Total do patrimônio social		(3.333.223)	1.945.885
Total do passivo e do patrimônio social		6.738.649	6.295.403

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

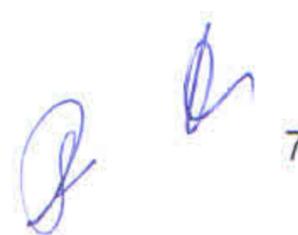
  6

HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

DEMONSTRAÇÃO DOS DÉFICITS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (Valores em reais)

	Nota	2012	2011
Receita bruta			Representado
Receita de serviços		339.703	390.409
Receita de convênios		12.375.941	11.994.252
Convênios		1.918.453	1.571.446
Prefeitura		10.457.488	10.422.806
Receitas de doações e subvenções		1.522.306	18.223
(-) Glosas de convênios		(3.228)	(2.263)
Isenção patronal usufruída		1.374.297	1.036.871
Receita operacional líquida	14	15.609.019	13.437.492
(-) Custos	15	(2.618.526)	(2.127.144)
Superávit bruto		12.990.493	11.310.348
Receitas/ (despesas) operacionais		(17.757.299)	(12.269.851)
Despesas gerais/manutenção	16	(2.620.055)	(2.375.065)
Despesas administrativas	17	(14.847.225)	(8.933.379)
Despesas tributárias		(112.002)	(13.637)
Outras receitas (despesas) operacionais		1.196.280	89.101
Isenção patronal usufruída	19	(1.374.297)	(1.036.871)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		(4.766.806)	(959.503)
Resultado financeiro líquido		(512.302)	(518.098)
Receita financeira		36.459	32.250
Despesas financeiras		(548.761)	(550.348)
Déficit líquido do exercício		(5.279.108)	(1.477.601)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Valores em reais)

Descrição	Fundo Patrimonial	Reservas Estatutárias	Doações e Subvenções	(Déficits) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2010	(498.516)	34.816	5.295.907	(1.408.721)	3.423.486
Déficit do exercício	-	-	-	(1.477.601)	(1.477.601)
Saldos em 31 de dezembro 2011	(498.516)	34.816	5.295.907	(2.886.322)	1.945.885
Déficit do exercício	-	-	-	(5.279.108)	(5.279.108)
Saldos em 31 de dezembro 2012	(498.516)	34.816	5.295.907	(8.165.430)	(3.333.223)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (Valores em reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Atividades operacionais		
Déficit do exercício	(5.279.108)	(1.477.601)
Ajuste por:		
Depreciação	480.563	428.536
Provisão para contingência	1.590.174	338.745
Resultado líquido ajustado	<u>(3.208.371)</u>	<u>(710.320)</u>
Aumento/ (redução) dos ativos	<u>(481.933)</u>	<u>159.178</u>
Contas a receber	(437.229)	(15.329)
Estoques	(44.704)	174.507
Depósitos judiciais	-	-
Aumento/ (redução) dos passivos	<u>2.405.622</u>	<u>728.653</u>
Fornecedores	1.547.531	826.567
Obrigações sociais	574.052	(68.690)
Obrigações tributárias	284.039	(29.224)
Outras contas a pagar	-	-
= Caixa líquido nas atividades operacionais	<u>(1.284.682)</u>	<u>177.511</u>
Aquisição de investimentos	(289.485)	(350)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(9.180)	(416.811)
= Caixa líquido nas atividades investimento	<u>(298.665)</u>	<u>(417.161)</u>
Empréstimos e financiamentos	1.726.558	674.340
= Caixa líquido nas atividades financiamento	<u>1.726.558</u>	<u>674.340</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>143.211</u>	<u>434.690</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>143.211</u>	<u>434.690</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	700.185	265.495
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	843.396	700.185

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital Nossa Senhora Auxiliadora, fundado aos 24 de maio de 1917, tendo sede na Rua Deputado José Augusto Ferreira nº 89, Centro, no Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais, é uma associação civil de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, de caráter de saúde, com prazo indeterminado de duração que tem por objeto:

- a) Assistência médico-hospitalar, gratuita, aos doentes pobres do município ou das circunvizinhanças, distantes de outros estabelecimentos hospitalares.
- b) Prestar assistência espiritual aos doentes que não recusarem recebê-la.

Em 27/11/09, foi publicada a Lei nº 12.101 caracterizada como Nova Lei da Filantropia, que, regulamentada em 2010 pelo decreto nº 7.237 de 27 de julho, trouxe mudanças para as entidades filantrópicas no que diz respeito à concessão do certificado de filantropia, para obtenção das isenções das contribuições para a seguridade social. Entre as inovações da nova lei está a mudança no processo de certificação, que antes era feita pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, e que doravante passa a ser dividido em três áreas: Saúde – sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, Educação – sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Assistência Social – sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Conseqüentemente, as entidades de que trata esta lei deverão manter escrituração contábil segregada por área de atuação de modo a evidenciar o seu patrimônio, as suas receitas, os custos e as despesas. Ainda com relação a esse assunto, deve-se ressaltar a emissão da Portaria nº 3.355, de 04.11.2010, do Ministério de Estado da Saúde.

Dentre as inovações oriundas desses diplomas legais e normativos, está a mudança no processo de certificação, que antes era feita pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e que, doravante, passa a ser dividido em três áreas: Saúde – sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, Educação – inerente ao Ministério da Educação e Assistência Social – afeta ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conseqüentemente, as entidades de que trata esta lei deverão manter escrituração contábil segregada por área de atuação, de modo a evidenciar o seu patrimônio, as suas receitas, custos e despesas.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), associadas aos aspectos contábeis específicos relacionados a entidades sem fins lucrativos de acordo com a ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 1.409/2012.



2.2. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2012, a administração está retificando as demonstrações financeiras de 2011 em função de ajuste na conta de gratuidade, Isenção Patronal (INSS). A entidade está reapresentando o conjunto de suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2011</u>
Déficit apresentado nas demonstrações financeiras anteriores	(1.477.601)
Despesa - Isenção patronal usufruída	(1.036.871)
Receita - Isenção patronal usufruída	1.036.871
Déficit reapresentado	(1.477.601)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do superávit ou déficit - as receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa - o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos em caixa, os depósitos bancários a vista e aplicações financeiras, acrescidas, quando aplicável, dos rendimentos, até a data do balanço.

3.3. Contas a receber e fornecedores- estão registrados pelo valor de emissão e ajustado ao valor provável de realização ou encargos incorridos, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

3.4. Estoques - estão avaliados ao custo de aquisição e acrescidos dos valores de frete e seguro, sendo demonstrados ao custo médio das compras que não excede o valor de mercado.

3.5. Classificação de itens circulantes e não circulantes - no balanço patrimonial, ativos e passivos vincendos ou com expectativa de realização dentro dos próximo 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.6. Ajustes a valor presente de ativos e passivos - os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a entidade concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.7. Ativo imobilizado - o ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação foi calculada pelo método linear cujas taxas são mencionadas na nota 8.



3.8. **Passivo circulante** - estão registrados pelos valores conhecidos e atualizados até a data do balanço.

3.9. **Empréstimos e financiamentos** - estão registrados pelos valores conhecidos e atualizados até a data do balanço.

3.10. **Instrumentos financeiros** - os instrumentos financeiros usualmente utilizados restringem-se às aplicações financeiras em condições normais de mercado. A administração deste risco é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente entre as taxas contratadas e as vigentes no mercado. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais são representados por aplicações financeiras cujos valores estimados de mercado são similares aos seus respectivos valores contábeis.

3.11. **Demonstração do fluxo caixa (DFC)** - esta demonstração esta sendo apresentada em substituição a demonstração das origens e aplicações de recursos conforme CPC nº 03.

3.12. **Imunidade tributária** - a entidade é imune do recolhimento do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, conforme artigos 168 a 173 do Decreto nº 3000/99 de 26 de março de 1999.

3.13. **Doações e subvenções** - as subvenções governamentais foram reconhecidas como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que foram compensadas.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

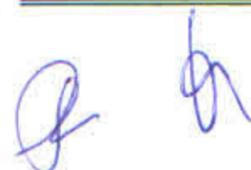
Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas realizadas pela Administração quando da elaboração das demonstrações financeiras incluem as perdas com o valor recuperável de recebíveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Descrição	2012	2011
Caixa	8.100	13.389
Bancos conta movimento	224.475	626.744
Aplicações financeiras	610.821	60.052
Total caixa e equivalentes de caixa	843.396	700.185



6. CONTAS A RECEBER

Descrição	2012	2011
Convênios a receber	108.485	114.319
Prefeituras a receber	720.929	276.263
Outros valores a receber	4.562	6.165
Total de contas a receber	833.976	396.747

Ativo circulante	833.976	395.047
Ativo não circulante	-	1.700

7. ESTOQUES

Os estoques são avaliados pelo custo médio, cuja composição é a seguinte:

Descrição	2012	2011
Materiais farmácia	400.874	392.216
Materiais almoxarifado	72.819	36.773
Total dos estoques	473.693	428.989

8. IMOBILIZADO

2012	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Máquinas e acessórios	Ferramentas	Móveis e utensílios	Instalações comerciais	Equipamentos hospitalares	Equipamentos Informática	Veículos	Poço Artesiano	Total
Taxas de Depreciação		10%	10%	10%	10%	10%	10%	20%	20%	20%	
Custos											
Imobilizado em 31/12/2011	3.004.282	1.749.715	11.060	219	172.160	9.859	1.071.141	55.082	82.194	41.391	6.197.103
Adições	106.684	21.660	-	-	55.906	-	83.206	22.029	-	-	289.485
31/12/2012	3.110.966	1.771.375	11.060	219	228.066	9.859	1.154.347	77.111	82.194	41.391	6.486.588
Depreciação											
Saldo em 31/12/2011	(296.099)	(840.598)	(2.212)	(79)	(61.217)	(10.193)	(178.057)	(26.796)	(13.151)	(11.999)	(1.440.401)
Despesas de depreciação	(123.584)	(188.165)	(2.120)	(44)	(21.391)	-	(113.675)	(13.075)	(16.439)	(2.070)	(480.563)
31/12/2012	(419.683)	(1.028.763)	(4.332)	(123)	(82.608)	(10.193)	(291.732)	(39.871)	(29.590)	(14.069)	(1.920.964)
Valor residual em 31/12/2012	2.691.283	742.612	6.728	96	145.458	(334)	862.615	37.240	52.604	27.322	4.565.624

2011	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Máquinas e acessórios	Ferramentas	Móveis e utensílios	Instalações comerciais	Equipamentos hospitalares	Equipamentos Informática	Veículos	Poço Artesiano	Total
Taxas de Depreciação	4%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	20%	20%	20%	
Custos											
Imobilizado em 31/12/2010	2.976.386	1.746.959	11.060	219	132.307	9.859	848.615	24.896	2.600	41.391	5.794.292
Adições	27.896	2.756	-	-	39.853	-	222.526	30.186	79.594	-	402.811
31/12/2011	3.004.282	1.749.715	11.060	219	172.160	9.859	1.071.141	55.082	82.194	41.391	6.197.103
Depreciação											
Saldo em 31/12/2010	(176.243)	(667.104)	(1.106)	(35)	(45.780)	(9.207)	(84.861)	(16.531)	(520)	(11.999)	(1.013.386)
Despesas de depreciação	(119.856)	(173.494)	(1.106)	(44)	(15.437)	(986)	(93.196)	(10.265)	(12.631)	-	(427.015)
31/12/2011	(296.099)	(840.598)	(2.212)	(79)	(61.217)	(10.193)	(178.057)	(26.796)	(13.151)	(11.999)	(1.440.401)
Valor residual em 31/12/2011	2.708.183	909.117	8.848	140	110.943	(334)	893.084	28.286	69.043	29.392	4.756.702

9. FORNECEDORES

Descrição	2012	2011
Fornecedores nacionais	2.652.176	1.450.726
Serviços médicos pessoa física	133.013	124.621
Serviços médicos pessoa jurídica	416.641	182.492
Serviços de terceiro	2.895	-
Total dos fornecedores	3.204.725	1.757.839

A composição do saldo de fornecedores está demonstrada em valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	2012	2011
Caixa Econômica Federal	1.052.543	342.285
(-) Juros a apropriar	(146.992)	-
Total do circulante	905.551	342.285
Caixa Econômica Federal	3.751.945	1.412.716
(-) Juros a apropriar	(1.175.937)	-
Total do não circulante	2.576.008	1.412.716
Total dos empréstimos e financiamentos	3.481.559	1.755.001

a) Os empréstimos contraídos junto a Caixa Econômica Federal estão sujeitos a encargos mensais de 1,5%, com previsão para liquidação da última parcela em 36 meses. Este empréstimo tem como a finalidade antecipar o recebimento de recursos financeiros oriundos da prestação de serviços ambulatoriais e/ou de internações ao SUS, a serem pagos pelo Ministério da Saúde.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	2012	2011
Ordenados a pagar	273.109	215.295
INSS a recolher	53.036	20.427
FGTS a recolher	242.736	66.086
Rescisões de contrato	51.281	3.927
INSS a recolher	14.063	117.819
INSS retido de terceiros	30.337	3.843
Férias a pagar	289.274	-
INSS sobre férias	24.802	-
FGTS sobre férias	24.802	-
Outras obrigações trabalhistas/sociais	9.966	10.721
Total de obrigações sociais	1.013.406	438.118



Parcelamentos		
FGTS	310.084	310.084
PIS	28.062	29.298
Total dos parcelamentos	338.146	339.382
Total de obrigações sociais	1.351.552	777.500
Circulante	1.047.188	486.459
Não circulante	304.364	291.041

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2012	2011
IRRF fonte a recolher	156.511	30.960
ISS a recolher	3.029	1.854
PIS a recolher	27.094	1.145
PIS/COFINS / CSSL	131.000	23.221
IRRF fonte a recolher	25.327	1.742
INSS a recolher	256	256
Total de obrigações tributárias	343.217	59.178

13. PATRIMÔNIO SOCIAL

a) Fundo patrimonial.

É composto pelas contribuições de associados e de terceiros, de familiares dos beneficiários, bem como por legados, subvenções, doações, convênios, contratos e quaisquer outros proventos e auxílios recebidos, e o patrimônio, pelos bens móveis, imóveis, veículo, propriedade intelectual, semoventes, ações e títulos que o Hospital possuir e vier adquirir.

As receitas e o patrimônio social serão aplicados exclusivamente no país e no desenvolvimento dos fins sociais, sendo que, em caso de dissolução do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora, conforme decisão da Assembleia Geral reverterão em benefício da Entidade denominada Conselho Central Diocesano da Sociedade São Vicente de Paulo de Caratinga e na sua ausência ou negativa, a entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS- ou à instituição municipal, estadual ou federal de fins idênticos ou semelhantes ou ainda a uma entidade pública, de iguais fins sociais.

A construção na cidade de Caratinga, com a denominação de “Hospital Regional de Caratinga” ou, simplesmente, “Hospital Regional”, substituirá, quando concluído, o atual “Hospital Nossa Senhora Auxiliadora”, continuando, porém esta entidade como única proprietária, mantenedora e administradora do futuro nosocômio.

b) Resultado do exercício.

Os resultados dos exercícios são mantidos nas rubricas superávit ou déficit do exercício enquanto não aprovados pela Assembleia Geral e, após a sua aprovação, são transferidos para a conta de fundo social.

14. RECEITA LIQUIDA

Descrição	2012	2011
Convênio Unimed	408.376	349.414
Convênio Prefeitura de Caratinga	9.392.046	9.848.261
Convênio outras prefeituras	1.065.442	574.545
Fundação educacional de Caratinga	287.314	258.961
Ipseng	429.325	409.983
Receitas de doações e subvenções	1.522.306	18.223
PAM	520.991	247.561
Outros convênios	608.922	693.673
Gratuidade	1.374.297	1.036.871
Total da receita líquida	15.609.019	13.437.492

15. CUSTOS

Descrição	2012	2011
Drogas e medicamentos	(876.507)	(713.860)
Produto limpeza	(145.114)	(106.091)
Gêneros alimentícios	(298.491)	(219.227)
Gases medicinais	(196.972)	(126.527)
Material médico hospitalar	(699.568)	(593.596)
Material Lavanderia	(107.345)	(78.692)
Hemoderivados	(6.962)	(22.780)
Outros	(287.567)	(266.371)
Total de custos	(2.618.526)	(2.127.144)

16. DESPESAS GERAIS/MANUTENÇÃO

<u>Descrição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesa com energia elétrica	(487.535)	(472.307)
Despesa com depreciação	(480.562)	(420.935)
Despesas com serviços de terceiros	(177.462)	(134.809)
Despesas com serviços laboratoriais	(48.396)	(27.460)
Despesas com serviço de tomografia	(160.636)	(135.334)
Despesas com manutenção de equipamentos	(82.928)	(144.026)
Despesas com radiologia	(531.929)	(657.201)
Despesas com manutenção de instrumento cirúrgico	(66.320)	(592)
Despesas com água	(93.584)	(98.522)
Despesas com consultoria/ contabilidade/ auditoria	(164.231)	(70.815)
Outras despesas	(326.472)	(213.064)
Total de despesas gerais/manutenção	(2.620.055)	(2.375.065)

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

<u>Descrição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ordenados, salários e gratificações	(4.183.514)	(3.125.732)
Indenizações e avisos prévios	(190.343)	(385.047)
Encargos sociais	(554.811)	(332.392)
Provisões férias e 13º salário	(1.460.511)	(314.440)
Autônomos	(1.471.349)	(1.477.745)
Serviços terceirizados	(5.487.972)	(3.298.023)
Despesa com provisão para contingência	(1.498.725)	-
Total de despesas administrativas	(14.847.225)	(8.933.379)

18. INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) Gratuidade

Os valores aplicados em gratuidades decorrentes de convênios firmados com o Sistema Único de Saúde - SUS enquadram-se nos dispositivos legais, cujas demonstrações são apresentadas ao Ministério da Saúde nos termos da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e Portaria 1970 de 16 de novembro de 2011.

Em 2012, a prestação anual de serviços (internação e ambulatório) ao SUS superou o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), atingindo 90,80% (2011-90,80%).

Em 31 de julho de 2012, a Entidade protocolou junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, aguardando decisão do Ministério da Saúde.



19. ISENÇÕES DAS COTAS PATRONAIS - INSS

Descrição	2012	2011
Isenção patronal usufruída	1.374.297	1.036.871
Total de isenções das cotas patronais-INSS	1.374.297	1.036.871

Isenção tributária relativa ao INSS da cota patronal, usufruída pela entidade conforme Decreto nº3000/99 de 26 de março de 1999.

20. PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2012, a entidade apurou o patrimônio social negativo de R\$3.333.223 (2011 – R\$1.945.885) e déficit do exercício de R\$5.279.108 (2011 – R\$1.477.601).

A entidade está implantando um plano de recuperação econômico-financeiro que considera dentre outras medidas: redução de custos e aumento de receitas.

21. CONTINGÊNCIAS

Estão em andamento processos cíveis e trabalhistas envolvendo a empresa para os quais a administração constituiu provisões para riscos de perdas prováveis com base em informações de seus assessores jurídicos, conforme demonstramos abaixo:

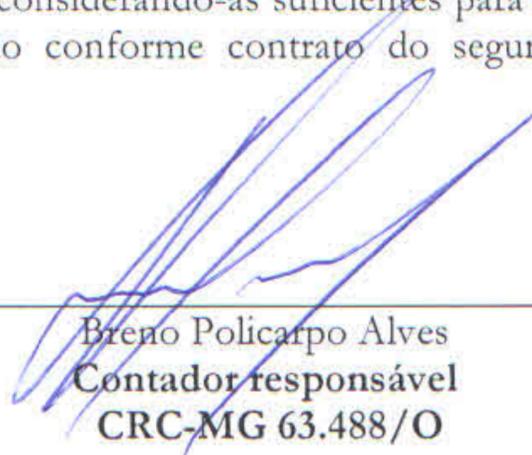
Processos	Valor
Trabalhistas	974.756
Cíveis	523.969
Total	1.498.725

Existem outros processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos da empresa, como sendo de probabilidade de risco possível, no montante de R\$ 369.084 em 31 de dezembro de 2012.

22. COBERTURA DE SEGURO

A entidade mantém coberturas de seguros para o imóvel, considerando-as suficientes para cobrir eventuais sinistros. O prédio do Hospital está segurado conforme contrato do seguro BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens.


Sérgio Luiz Souza Ribeiro
Provedor


Breno Policarpo Alves
Contador responsável
CRC-MG 63.488/O